

REPORT

DEZEMBRO, 2024

INFRAESTRUTURA E ENERGIA NO BRASIL

**Perspectivas macroeconômicas, fontes de
financiamento, resolução consensual de
conflitos e riscos climáticos**

Redação: Henrique Cisman

Diagramação: Marcos Franciozi

GRI *Club*
— INFRASTRUCTURE

Sumário Interativo

- **Bem-vindo ao GRI Club Infra & Energy**
- **Introdução**
- **The Big Picture - Mais investimentos em infraestrutura e preocupação com déficit fiscal**
 - *Medidas para atrair capital estrangeiro*
- **Eventos climáticos extremos - Em busca de uma infraestrutura resiliente**
- **Consensualismo - Um caminho sem volta?**



Bem-vindo ao GRI Club Infra & Energy

Há mais de uma década, reunimos os responsáveis pela elaboração e execução de políticas públicas em nível federal, estadual e municipal, conectando-os a um seleto grupo de investidores, concessionárias e demais players nacionais e estrangeiros que atuam em projetos de infraestrutura e energia no Brasil.

Nos últimos anos, em meio aos enormes desafios impostos pela pandemia de Covid-19, desempenhamos um papel fundamental na manutenção do diálogo visando encontrar soluções e, acima de tudo, manter bons níveis de serviço para a população. Isso nos deu ainda mais credibilidade, o que se traduz no crescimento acelerado do GRI Club no país, ano após ano.

A participação ativa em audiências e contribuições públicas, endereçando as propostas de nossos membros, bem como a realização constante de rodadas de conversa entre formuladores de leis, agências reguladoras, autarquias, governos em geral e o setor privado fazem do GRI Club, atualmente, um ecossistema único e exclusivo visando o desenvolvimento da infraestrutura em nosso país.

Boa leitura!



MOISES CONA
Partner, GRI Club Infra

CLUB PARTNERS BRAZIL



SECTORAL CLUB PARTNERS LATAM



SECTORAL CLUB PARTNERS BRAZIL



PROGRAM SPONSOR



NAMING RIGHTS SPONSORS



CONTRIBUTOR SPONSOR



Introdução

Mais de 400 executivos seniores se reuniram em São Paulo para dois dias inteiros de reuniões focadas no desenvolvimento da infraestrutura e energia no Brasil. Autoridades públicas, como o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, marcaram presença, além de líderes das principais concessionárias de serviços no país.

Na pauta do Brazil GRI Infra & Energy 2024, foram debatidas as perspectivas e oportunidades em setores-chave, como saneamento básico, mobilidade urbana, energia - com foco na transição energética e na demanda dos data centers - e transportes, especialmente rodovias, ferrovias e portos.

Temas transversais, como as perspectivas de desempenho do PIB, da inflação e da taxa básica de juros, além das fontes de financiamento dos projetos, da busca de soluções consensuais para contratos em situação de conflito e dos riscos climáticos nas concessões também foram debatidos em profundidade.

Confira, a seguir, os principais destaques.



The Big Picture - Mais investimentos em infraestrutura e preocupação com déficit fiscal

As cifras alocadas em projetos de infraestrutura estão aumentando ano após ano graças à maior quantidade de bons projetos estruturados por entes públicos para concessão à iniciativa privada. Em 2023, os investimentos cresceram cerca de 20% na comparação anual, e uma nova subida deve ser observada no final de 2024, segundo economistas presentes no Brazil GRI Infra & Energy. O pipeline estimado para o ano corrente é de R\$300 bilhões, entre aportes públicos e privados.

Nota-se uma mudança gradual de mentalidade e um esforço do governo federal para atrair capital estrangeiro, como a criação da Brazilian Investment Platform, que visa centralizar grandes projetos de infraestrutura e transição climática, já somando 10 bilhões de dólares. Esse movimento vem na esteira de outros atrativos do país, como a matriz energética renovável e a existência de recursos naturais abundantes.

Governos estaduais e municipais também estão mais inclinados a fazer parcerias com o setor privado e realizar concessões de serviços públicos, além de privatizações em alguns casos, como a Sabesp, em São Paulo. Um recorte dos investimentos realizados nas últimas décadas mostra como o setor privado ganhou importância, em contraste com maiores limitações do orçamento público.

Evolução dos investimentos públicos e privados em infraestrutura

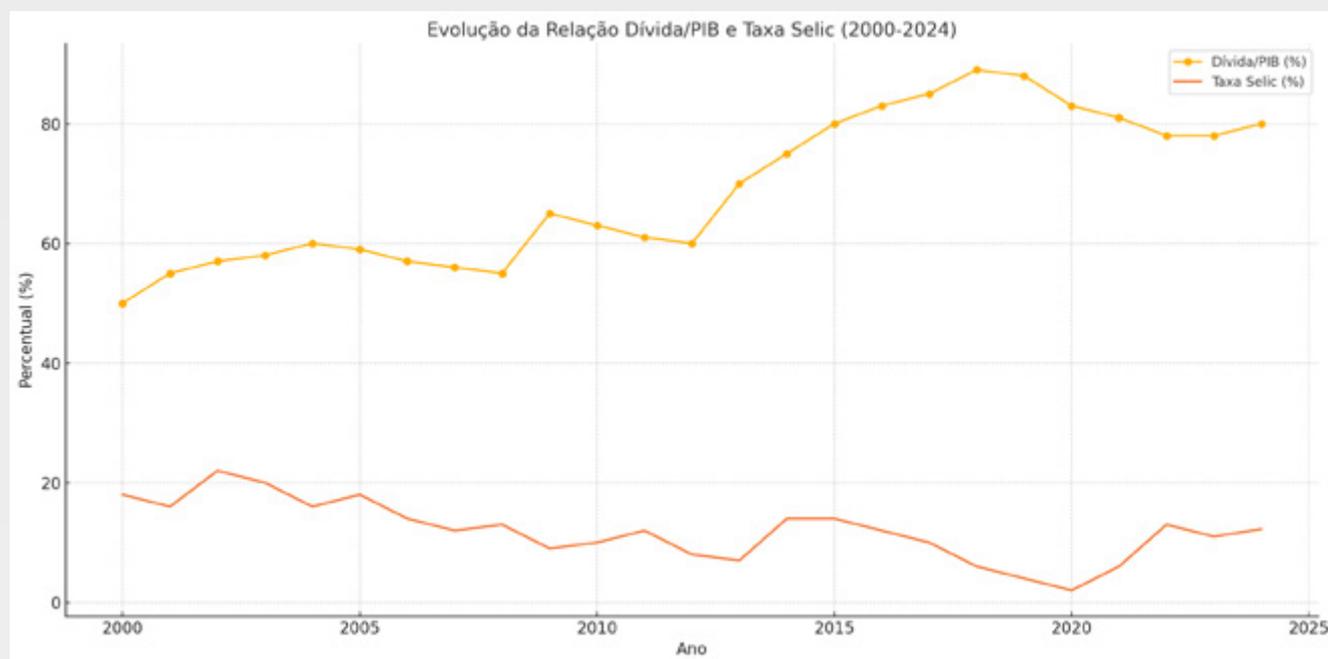
Período	Público (R\$ bilhões)	Privado (R\$ bilhões)	Total (R\$ bilhões)
2007-2010	503,9	50,0	553,9
2011-2014	800,0	60,0	860,0
2015-2018	120,0	100,0	220,0
2019-2022	120,0	440,0	560,0

Elaboração: GRI Club/AI. Fontes: IPEA, KPMG, Governo Federal, G1, InfoMoney, Revista Ferroviária, Mundo Logística, VEJA, SciELO

Alguns setores se destacaram nos últimos anos, como saneamento, transportes - especialmente as rodovias - e energia; neste último, vale ressaltar a evolução regulatória recente para a produção de hidrogênio verde e o grande potencial de atração de investimentos em data centers. Somadas, Amazon e Microsoft anunciaram, no decorrer do ano, cerca de 24 bilhões de dólares em projetos relacionados a inteligência artificial e data centers no país.

Porém, para que o cenário continue melhorando, é imprescindível que haja uma correção de rota nos gastos públicos. Os executivos presentes apontam a necessidade de reformas estruturais - como foi feito com a Previdência há alguns anos - e credibilidade fiscal, essenciais para que haja juros mais baixos e para conquistar a confiança dos investidores.

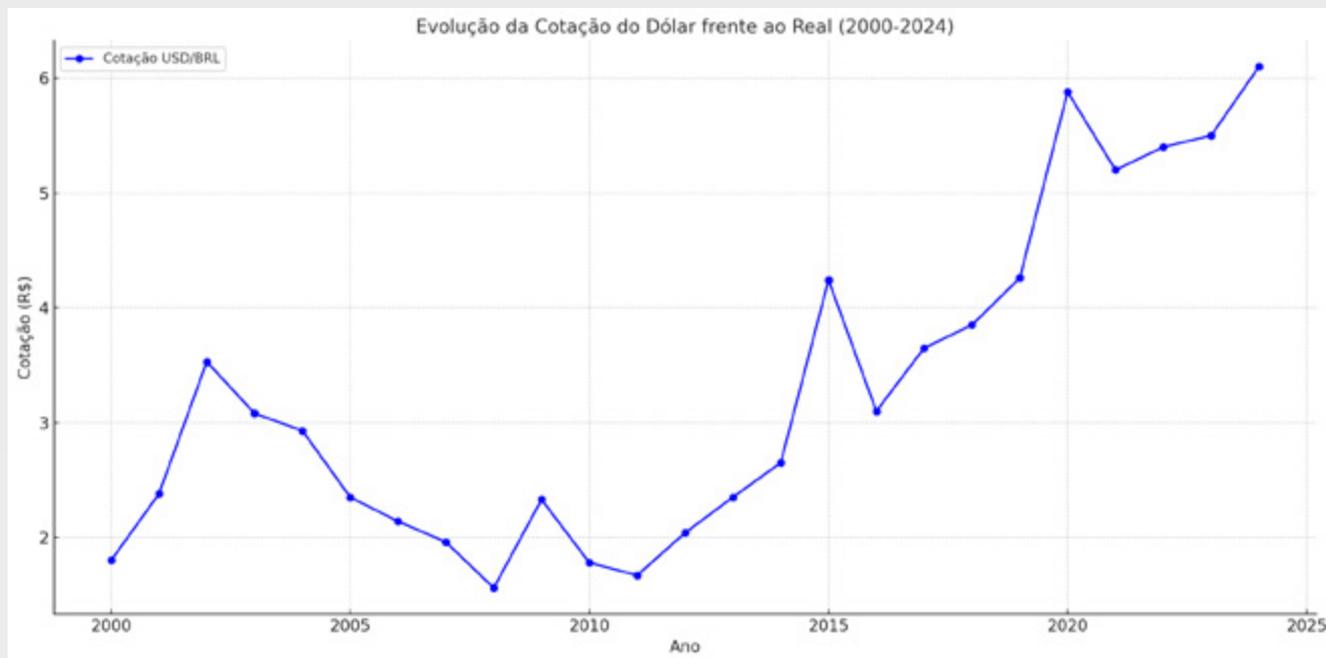
No mês de publicação deste relatório, o déficit nominal do Brasil é equivalente a 9,5% do PIB (R\$1,09 trilhão), em trajetória contínua de crescimento - o país encerrou 2023 com um déficit nominal de R\$249,1 bilhões. A relação dívida/PIB, que vinha em trajetória de queda pós-pandemia até 2022, também voltou a subir: foi de 78,5% em agosto de 2024, com projeção de chegar a 80% no final do ano, segundo a Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado.



Elaboração: GRI Club/AI. Fonte: Banco Central do Brasil

Como consequência de um cenário fiscal em deterioração, somado a desafios globais, como as incertezas em relação ao novo governo de Donald Trump nos Estados Unidos, os conflitos geopolíticos e o fraco crescimento de economias desenvolvidas, o Banco Central retomou a subida da taxa de juros a partir de setembro - e promoveu altas ainda mais fortes nas reuniões seguintes, levando a Selic de 10,50% para 12,25% ao ano.

Segundo os especialistas, a curva dos juros no longo prazo continua “abrindo”, o que significa que o mercado financeiro projeta juros ainda mais elevados no futuro. A volatilidade cambial também preocupa - o valor do dólar frente ao real bateu recorde nominal em dezembro, superando os R\$6.



Elaboração: GRI Club/AI. Fonte: Banco Central do Brasil

Medidas para atrair capital estrangeiro

O Brazil GRI Infra & Energy 2024 contou com a presença de grandes instituições financeiras globais, incluindo a International Finance Corporation (IFC), o Crédit Agricole e a Moodys, além de bancos e gestoras nacionais, como BNDES, Itaú, Navi Capital e Bocaína Capital, dentre outros.

A utilização das debêntures de infraestrutura - novo instrumento criado em 2024, mas que ainda não decolou [\(veja mais informações neste relatório\)](#) - é apontada como uma alternativa interessante para levantar capital externo. Essa novidade surge com o propósito de diversificar as fontes de captação, e não para competir com as debêntures incentivadas, as quais vêm desempenhando um papel crucial em projetos de infraestrutura.

Também se destaca o programa Eco Invest Brazil, iniciativa do governo federal criada para facilitar a atração de investimentos privados estrangeiros com foco em projetos de impacto climático positivo. O programa prevê a participação de bancos multilaterais e é aberto a todos os agentes financeiros a fim de estimular a concorrência saudável entre as instituições e oferecer melhores condições aos investidores.

São quatro sublinhas de crédito diferentes - que também podem ser utilizadas por investidores nacionais: blended finance (financiamento parcial), liquidez e mitigação de efeitos da volatilidade cambial, fomento ao hedge cambial, e estruturação de projetos.

Os executivos também destacam o Fundo Clima, operado pelo BNDES e que também integra a Política Nacional sobre Mudança do Clima. O banco de fomento tem focado em projetos de maior impacto social e ambiental: um exemplo recente é o financiamento para a aquisição de 54 ônibus elétricos no sistema de transporte público de Curitiba, no valor de R\$380 milhões. No recorte de abril a outubro de 2024, foram liberados R\$7,3 bilhões do Fundo Clima, mais do que o dobro em relação a todo o período de sua existência (o fundo foi criado em 2009).

Instituições privadas também já integram os critérios ESG nas análises de crédito, descartando, por exemplo, o financiamento de projetos de térmicas a carvão. Já os fundos de gestoras independentes têm se concentrado em projetos menores que não atendem aos grandes bancos, criando oportunidades em nichos específicos de mercado.

Existe uma expectativa positiva em relação aos avanços regulatórios, mas ainda há receios em relação à judicialização e aos riscos específicos de certos contratos. Especificamente no setor de energia, executivos apontam a “espiral negativa” com o aumento de consumidores optando por geração distribuída (GD), o que pode resultar em tarifas mais altas para os consumidores cativos e no curtailment (redução da produção de energia).

“A judicialização e a necessidade de reformas fiscais são temas centrais que precisam ser abordados para que o Brasil continue sua trajetória de crescimento sustentável”, resume um participante.



Eventos climáticos extremos - Em busca de uma infraestrutura resiliente

As enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul servem para ilustrar o gap de resiliência na infraestrutura brasileira. A catástrofe atingiu 478 dos 497 municípios gaúchos, impactando diretamente 2,3 milhões de pessoas, incluindo centenas de mortos. Em Canoas, mais da metade da cidade ficou submersa, com 200 mil pessoas atingidas.

Os impactos foram registrados em aeroportos - como na capital, Porto Alegre -, rodovias, sistemas de esgoto e abastecimento de água, distribuição de energia elétrica e telecomunicações.

Alguns exemplos de medidas adotadas após esse triste episódio incluem a construção de pontes mais elevadas, parques lineares e fluviais em áreas mais críticas e propensas a novos alagamentos, e o projeto Soluções Baseadas na Natureza, em parceria com a Fundação Grupo Boticário.



Enchentes no Rio Grande do Sul deixaram cenário de destruição. Foto: Bruno Peres/Agência Brasil

Os executivos presentes - incluindo representantes do Governo do Estado do Rio Grande do Sul - alertam para a necessidade de adaptação dos contratos de concessão às mudanças climáticas, considerando a intensidade crescente de eventos extremos, como as enchentes e as secas - o tráfego de embarcações no rio Amazonas foi interrompido em outubro diante dos níveis mais baixos em toda a série histórica, iniciada em 1902, segundo o Serviço Geológico do Brasil.

“Precisa haver uma **revisão das matrizes de risco nos contratos** para integrar elementos de resiliência, planos preventivos e cláusulas específicas para eventos extraordinários”, afirma um participante.

Alguns exemplos debatidos são:

- Incluir eventos climáticos como uma categoria de risco explícita, com subdivisões para diferentes tipos de ocorrência, como enchentes, deslizamentos e secas;
- Alocar responsabilidades claras entre o poder concedente e a concessionária, considerando tanto medidas de mitigação quanto de resposta;
- Exigir a incorporação de um plano de resiliência climática ao projeto técnico, abordando estratégias de mitigação e intervenção;
- Adotar padrões internacionais para avaliação dos riscos climáticos em contratos de concessão, como os do Task Force on Climate Related Financial Disclosures;
- Criar cláusulas específicas de “força maior” relacionadas aos eventos climáticos extremos, com critérios detalhados para ativação;
- Incorporar incentivos fiscais ou financeiros para as concessionárias que adotarem soluções inovadoras em sustentabilidade e resiliência;
- Prever e aplicar penalidades diante de falhas na execução de planos preventivos predefinidos ou na resposta adequada aos eventos climáticos;
- Inserir mecanismo de revisão periódica das matrizes de risco com base em novos dados e projeções climáticas.



Os executivos também destacam o papel do mercado segurador nas concessões e a necessidade de maior proximidade entre seguradoras e estruturadores de projetos, de modo que elas ofereçam subsídios sobre os cenários climáticos e parâmetros de risco. Espera-se que sejam desenvolvidos produtos específicos - como os seguros paramétricos - para liberar pagamentos conforme gatilhos de indicadores (volume de chuva, por exemplo).



Seca no Amazonas é a pior em toda a história. Foto: Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

Para que o ônus não recaia exclusivamente sobre as seguradoras, sugere-se a criação de fundos de risco compartilhado para eventos climáticos extremos, incluindo como cofinanciadores o poder concedente, a concessionária e a seguradora.

Por fim, é importante capacitar gestores especializados em análise de riscos climáticos e modelagem financeira, tanto nos agentes estruturadores de projetos quanto nas concessionárias.

Consensualismo - Um caminho sem volta?

Um modelo criado inicialmente para solucionar contratos fracassados - particularmente em infraestrutura - tem gerado avanços maiores do que o esperado. Conforme descreve um executivo, “a abordagem do consensualismo visa transformar a gestão pública, passando de uma mentalidade de imposição, com decisões unilaterais, para uma mentalidade de composição, com diálogo e negociação entre as partes”.

Em outras palavras, o objetivo é se afastar de um modelo de confronto entre poder público (concedente) e privado (concessionária) para um modelo colaborativo, em que uma solução é alcançada em comum acordo diante da mediação de um terceiro agente neutro. “A mediação é um método eficaz para resolver crises em contratos de infraestrutura, e é fundamental a função do mediador para criar um ambiente saudável e produtivo para solucionar os conflitos”, diz um participante.

Criada em dezembro de 2022 pela Instrução Normativa nº 91, a Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (Secex Consenso) do Tribunal de Contas da União (TCU) já recebeu diversas solicitações, abrangendo setores como energia, rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e telecomunicações. Se bem-sucedidas, as soluções consensuais vão destravar centenas de bilhões de reais em investimentos.

Alguns exemplos recentes incluem:

1. Acordo entre a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e a Telefônica

Em novembro de 2024, o TCU homologou uma solução consensual entre a Anatel e a Telefônica visando resolver pendências relacionadas à concessão de telefonia fixa. O acordo encerrou uma série de processos arbitrais e judiciais, permitindo a ampliação dos serviços de telefonia e de internet nas cinco regiões brasileiras.

A solução desenvolvida define que a Telefônica deverá investir cerca de R\$4 bilhões para melhorar a capacidade existente de conexão por fibra ótica e de telefonia móvel. No caso do fornecimento de internet, a empresa deverá atender a população e espaços de interesse público voltados à educação, pesquisa, saúde, segurança pública e defesa.

A concessionária também se compromete a estender tecnologia 4G ou superior aos locais ainda descobertos, como áreas pouco desenvolvidas e rurais, de forma a reduzir as desigualdades no país, bem como a realizar manutenção de telefonia fixa, inclusive de aparelhos do tipo “orelhão”, até 2028.

Todo o investimento - estimado em R\$10 bilhões - será realizado durante os próximos dez anos, com a maior parte dos recursos aplicados até 2030.

2. Obras na BR-163

Também em novembro, o TCU homologou uma solução consensual para a retomada de obras na BR-163, uma rodovia crucial para o escoamento da produção agrícola no Centro-Oeste brasileiro. O acordo foi firmado entre o Ministério dos Transportes, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a concessionária CCR MSVia.

A solução consensual permite a readequação dos termos contratuais ao cenário econômico atual e às necessidades mais urgentes de intervenções. A proposta define um volume de investimentos de R\$ 9,31 bilhões para obras imediatas de duplicação de pistas, criação de faixas adicionais, construção de vias marginais, contornos, acostamento e outras intervenções visando reduzir o número de acidentes e melhorar o fluxo de veículos.

Os valores do contrato foram atualizados para refletir o aumento do preço de insumos e corresponder às atualizações de mercado. Como consequência, haverá revisão da tarifa de pedágio, que será feita em etapas. Ou seja, o reajuste será aplicado à medida que as obras forem executadas e entregues.



BR-163 é fundamental para o escoamento da produção agrícola.
Foto: DNIT/Ministério dos Transportes

3. Concessão da Autopista Fluminense

Em outubro de 2024, foi aprovado um acordo referente à concessão da Autopista Fluminense, que administra trechos da BR-101 no estado do Rio de Janeiro. A solução apresentada foi aprovada com condicionantes, autorizando novo reequilíbrio com modernização do contrato. A intenção é acelerar as entregas de investimentos aos usuários do trecho, que já aguardam há anos por melhorias.

Nos primeiros cinco anos, a prioridade deverá ser a ampliação e recuperação da rodovia. Até o final do período de concessão, serão contempladas outras intervenções, como a duplicação de 48,7 km, realização de obras do contorno em Itaboraí (RJ) e criação de 52 km de faixas adicionais e 81,7 km de multivias.

O acordo altera a orientação para os investimentos previstos, entre duplicações, contornos urbanos e ampliações de faixas, dentre outros. Os valores de investimento são de R\$ 6,056 bilhões em obras (Capex) e R\$ 4,077 bilhões em operação (Opex).

Desafios

Apesar de casos exitosos, a evolução do consensualismo no Brasil ainda enfrenta desafios, como o fortalecimento das agências reguladoras e a necessidade de maior capacitação interna.

O principal ponto crítico, entretanto, é a resistência política e cultural a mudanças, particularmente dentro de tribunais e entre gestores públicos mais tradicionais. Apesar disso, a maioria dos executivos concorda que a solução consensual é a melhor alternativa para resolver conflitos, principalmente na área de infraestrutura.

Aprofunde sobre o tema nesta entrevista exclusiva.



GRI Club

Fundado em 1998 em Londres, o GRI Club atualmente reúne mais de 18.000 executivos seniores em 100 países, atuando nos mercados de Real Estate e Infraestrutura.

O modelo inovador de discussão do GRI Club permite que todos os executivos participem livremente, promovendo a troca de experiências e conhecimentos, networking e geração de negócios.

Os membros do Club também têm acesso a uma plataforma exclusiva para visualizar mais informações sobre os executivos e suas respectivas empresas, organizar reuniões e ter acesso irrestrito a todo o nosso conteúdo.

MAIS INFORMAÇÕES



MOISES CONA

Partner | Head of Infrastructure
moises.cona@griclub.org



GRI Club

— INFRASTRUCTURE



GRI Club Infra



GRI Club



@griclub.infra

griclub.org